



Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

Geografia, Políticas e Democracia 3

Atena
Editora

Ano 2019



Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

Geografia, Políticas e Democracia 3

Atena
Editora

Ano 2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
G345	Geografia, políticas e democracia 3 [recurso eletrônico] / Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Geografia, Políticas e Democracia; v. 3) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-720-8 DOI 10.22533/at.ed.208191710 1. Geografia física. 2. Geografia – Estudo e ensino. I. Ferreira, Gustavo Henrique Cepolini. II. Série. CDD 910.02
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação que apresento a Coletânea intitulada – “Geografia: Políticas e Democracia – volume 3”, cujo título apresenta inúmeras possibilidades, e, sobretudo, provocações ao construirmos e desconstruirmos uma Geografia para o século XXI. Trata-se de uma leitura teórica e empírica oriunda de diferentes pesquisadores que dialogam com análises provenientes das diferentes subáreas da ciência geográfica e áreas afins.

Nesse sentido, ressalta-se a importância da pesquisa científica e os desafios hodiernos para o fomento na área de Geografia em consonância com a formação inicial e continuada de professores da Educação Básica.

A Coletânea está organizada a partir de diferentes enfoques temáticos, ou seja, reconhecendo as diferentes subáreas da Geografia, a saber: Ensino da Geografia, Geografia Urbana, História do Pensamento Geográfico e sua interface Econômica e Política, Geografia Econômica, Geografia Agrária e Regional conforme expresso nos nove capítulos que compõem a referida Coletânea.

Esperamos que as análises publicadas nessa Coletânea da Atena Editora propiciem uma leitura crítica e prazerosa, assim como despertem novos e frutíferos debates geográficos para desvendar os caminhos e descaminhos da realidade brasileira, latino-americano e mundial na emergência de práticas democráticas.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O CURRÍCULO E A PRÁTICA PEDAGÓGICA NAS ESCOLAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
Ana Carolina de Figueiredo Azevedo Ana Claudia Ramos Sacramento	
DOI 10.22533/at.ed.2081917101	
CAPÍTULO 2	13
MINHA CASA... E A VIDA? OS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS NOS CONJUNTOS HABITACIONAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NA CIDADE DE JOÃO PESSOA-PB	
Rayssa Bernardino de Lacerda Maria de Lourdes Soares	
DOI 10.22533/at.ed.2081917102	
CAPÍTULO 3	25
INADAPTAÇÕES NA FRONTEIRA DA INFORMALIDADE: FAVELAS E CONJUNTOS	
Tales Lobosco	
DOI 10.22533/at.ed.2081917103	
CAPÍTULO 4	38
MICROALGAS: UMA OPORTUNIDADE PARA MELHORAR OS INDICADORES DE SANEAMENTO NO BRASIL	
Renan Barroso Soares Rodrigo Nunes Oss Márcio Ferreira Martins Ricardo Franci Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.2081917104	
CAPÍTULO 5	49
A GEOGRAFIA REGIONAL EM RICHARD HARTSHORNE	
Wesley de Souza Arcassa	
DOI 10.22533/at.ed.2081917105	
CAPÍTULO 6	60
ADVENTURE-TIME: O CRONOTOPO NO ESPÍRITO DO NEOLIBERALISMO DE HAYEK, KEYNES E MISES	
Marcus Antonio de Lyra Alves	
DOI 10.22533/at.ed.2081917106	
CAPÍTULO 7	77
A TERRITORIALIZAÇÃO DOS BANCOS EM PORTUGAL: UMA ANÁLISE PRELIMINAR	
Diego Paschoal de Senna Sandra Lúcia Videira	
DOI 10.22533/at.ed.2081917107	

CAPÍTULO 8	88
A FEIRA DE NOVA CRUZ/RN: UMA TRADIÇÃO COMERCIAL DE EXPRESSÃO REGIONAL	
Severino Alves Coutinho	
DOI 10.22533/at.ed.2081917108	
CAPÍTULO 9	99
A PRODUÇÃO ARTESANAL DA RAPADURA: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA BASEADA NA COMUNIDADE RURAL JOÃO MOREIRA, SÃO JOÃO DA PONTE - MG	
Gustavo Henrique Cepolini Ferreira	
Tayne Pereira da Cruz	
DOI 10.22533/at.ed.2081917109	
SOBRE O ORGANIZADOR	113
ÍNDICE REMISSIVO	114

A TERRITORIALIZAÇÃO DOS BANCOS EM PORTUGAL: UMA ANÁLISE PRELIMINAR

Diego Paschoal de Senna

Universidade estadual do centro-oeste
UNICENTRO/Campus CEDETEG departamento
de geografia/DEGEO Guarapuava - PR

Sandra Lúcia Videira

Universidade estadual do centro-oeste
UNICENTRO/Campus CEDETEG departamento
de geografia/DEGEO Guarapuava – PR.

RESUMO: A crise imobiliária que abalou fortemente o mundo no ano de 2008 corroborou para variados estudos em diversas áreas do setor econômico. Visando constatar ou meramente explicar as consequências desta crise em determinados segmentos, nos deparamos com o sistema bancário português. Tal qual esta inserido no setor bancário europeu que ao longo dos últimos anos vem sofrendo grande avaria, sendo assim alvo de inúmeros estudos e publicações.

A partir deste contexto inicia-se um breve estudo sobre a reestruturação e fortificação do sistema bancário português, com destaque nas principais instituições atuantes, analisando e elencando o número de balcões, nacionais e estrangeiros, espacializados ao longo de todos os distritos portugueses.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia financeira; Portugal; Bancos.

THE TERRITORIALIZATION OF BANKS IN PORTUGAL: A PRELIMINARY ANALYSIS

ABSTRACT: The real state crisis that strongly shook the world in the year 2008 corroborated to varied studies in several areas of the economic sector. In order to verify or merely explain the consequences of this crisis in certain segments, we come across with the Portuguese banking system. Inserted in the European banking sector that over the past few years has been suffering great damage, being thus the object of countless studies and publications. From this context, a brief study on the restructuring and fortification of the Portuguese banking system begins, with emphasis on the main active institutions, analyzing and listing the number of counters, national and foreign, specialized throughout all Portuguese districts.

KEYWORDS: Financial geography; Portugal; Banks.

1 | INTRODUÇÃO

Diante desses incidentes inicia-se um breve estudo sobre a reestruturação e fortificação do sistema bancário português, com enfoque nas principais agências atuantes.

Assim, dada a importância do setor, com esta pesquisa pretendemos contribuir para os estudos sobre as dinâmicas territoriais

adotadas pelos bancos em Portugal, por meio da espacialização das agências no país, contribuindo para essa Geografia Financeira, revelando a dinâmica econômica em dado território, com análise de crescimento e/ou perda de agências diante do território, número de agências atuantes atualmente e quadro comparativo entre os anos de 2008 e 2014.

1.1 Conceitos de globalização relacionados ao mundo financeiro

Denominado como impreciso e unilateral por parte de alguns estudiosos, a globalização presenciou a crescente ascendência de uma nova ramificação do conceito no âmbito científico, fortemente baseado em fundamentos liberalizantes. Este novo conceito aplicado, principalmente por François Chesnais, definido como “mundialização”, diferia pelo menos nas primeiras obras, do de globalização, por se basear também em análises marxistas do capitalismo mundial.

Globalização é abordada como uma coligação entre indústrias, comércio e finanças. Desenvolvendo-se em várias regiões do mundo de forma coordenada e interdependente. Marcada pela forte influência do crescimento tecnológico e informacional.

Chesnais (1996) declara grande preferência no termo “mundialização” afirmando preferir o termo ‘mundial’ ao ‘global’, dando ênfase a ideia de que se a economia se mundializou seria interessante construir instituições políticas mundiais com o fim de controlar seus movimentos.

A mundialização é o resultado de dois movimentos conjuntos, estreitamente interligados, mas distintos. O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980, sob o impulso dos governos Thatcher e Reagan (CHESNAIS, 1996, p34).

Sendo assim a centralização do capital unida a descentralização da produção, ocasiona supremacia entre as grandes empresas multinacionais, que se ramificam cada vez mais no mundo atual. Sucessivamente sendo possível ditar todas as regras para a sociedade capitalista financeira mundial. Chesnais (1996) conduz sua temática, a partir de que, as grandes multinacionais se organizam perante parâmetros de concorrência. Auxiliando-se de forma indireta, e conduzindo o Estado a gerar incentivos fiscais buscando beneficiar-se, travando um “embate” propriamente dito entre ‘estado’ e ‘empresas’. As grandes multinacionais visando cada vez mais o acumulativo de capital, e o Estado buscando gerar novos empregos, circulação de renda e conseqüentemente giro econômico. Auxiliando-se de forma direta, porém com objetivos opostos.

A relação entre moeda e território é um fator determinante que abrange o mundo

financeiro atual. Mas já fora descartada, por boa parte de geógrafos economistas e estudos relacionados à área, por um longo tempo. Nota-se grande difusão do tema a partir dos anos 1990 iniciando-se assim variados estudos relacionados à área.

A moeda sempre permaneceu em segundo plano nos estudos da geografia econômica, devido à maioria dos autores basearem-se nas teorias neoclássicas, no qual a moeda é neutra ao longo do tempo. O impacto da moeda no território é tremendo, David Harvey (2000) utiliza-se de referenciais marxistas para relacionar a desigualdade entre as regiões e a concentração financeira aplicada no território, que alguns autores denominam como “a exclusão financeira”. A lógica capitalista faz com que existam áreas superpopulosas e de baixa renda, devido à incapacidade dos cidadãos de adquirir bens, enquanto certas áreas são beneficiadas com investimentos, gerando desigualdade financeira e territorial.

1.2 Ensaio sobre mundo financeiro

O papel das finanças no sistema capitalista é antecipar as transações, com o objetivo de diminuir o tempo em que os produtos permanecem sem serem usados. Caso não existissem as finanças, a economia teria grande parte de seus bens produzidos estocados à espera das etapas de consumo e produção. E o grande e principal objetivo do sistema atual econômico capitalista é a acumulação acelerada de capital, e descentralização da produção. O sistema das finanças é totalmente indispensável para a economia atual, pois é permitido emprestar o dinheiro acumulado nos fundos de depreciação a outros agentes, que, em troca de juros pode movimentar o dinheiro utilizando-o para produção ou comercialização.

Uma transação financeira é uma operação de empréstimo. O sistema financeiro gira em torno de crédito, com a premissa de transferência de valores e a promessa da devolução dos mesmos valores mais juros agregados. As transferências financeiras são caracterizadas por não serem definitivas, como no caso da compra de materiais, roupas, utensílios, entre outros. O dinheiro está em constante circulação direta e indiretamente na forma de informações. Os empréstimos podem ser direcionados de forma em dinheiro ou bem materiais como casas, carros etc. Ou até mesmo como apostas sendo o caso dos contratos de seguros. Segundo Singer (2000, p23).

Os empréstimos em dinheiro tomam comumente a forma de títulos financeiros, também chamados de crédito ou de débito. É o devedor que geralmente emite o título, sendo que muitos são negociáveis. Assim, por exemplo, o governo emite títulos da dívida pública, empresas emitem debêntures, consumidores emitem notas promissórias.

No mercado financeiro os títulos se igualam a mercadorias, que obviamente não são, podendo ser vendidos ou comprados, totalmente negociáveis. Mais precisamente os títulos são contratos de empréstimo. Sendo o comprador dos títulos o credor e sucessivamente o vendedor dos títulos o devedor. As principais transações

financeiras são: empréstimos de dinheiro, aluguel de bens, contratos de seguro, e a compra/venda de sociedades anônimas.

O papel das finanças na economia capitalista é o de antecipar as transações para ganhar tempo, ou seja, para minimizar o tempo de imobilização estéril de valores. A produção leva tempo e a venda do que foi produzido também. É o período de produção e o de distribuição. Estes períodos variam fortemente entre ramos de produção (SINGER 2000, p29).

Do ponto de vista econômico, o tempo em que o produto permanece em produção e em tempo de venda, é puramente desperdício. Singer:

Imaginemos um mundo sem finanças em que prédios são construídos. Para começar a produção, o empresário precisa ter reunido um capital considerável para pagar o terreno, todos os materiais e equipamentos para o início das obras e todos os salários a serem pagos ao menos no primeiro mês. O ritmo de construção estará sujeito não apenas às exigências técnicas, mas também às pecuniárias. Toda vez que o dinheiro do empresário não for suficiente para pagar tudo à vista, as obras serão paralisadas. E só quando o prédio estiver pronto, os apartamentos poderão começar a ser vendidos. E cada um será vendido à vista, o que significa que cada comprador terá que ter economizado o valor integral do apartamento antes de poder ocupá-lo (SINGER, 2000, p29).

Não é difícil compreender que em um mundo sem ativos financeiros, grande parte das mercadorias, imóveis, entre outros, estariam estocados a espera do consumidor reunir o montante de dinheiro necessário. O trabalhador teria que reorganizar sua jornada de trabalho, a fim de exercer sua vida ativa várias vezes, para consumir o equivalente que produziu, atrasando totalmente a economia mundial.

O crédito acelera tudo: o prédio pode começar a ser construído tão logo o empresário tenha obtido o financiamento mínimo inicial; em geral, nem compra o terreno, incorpora-o mediante a troca por certo número de apartamentos quando o prédio ficar pronto. À medida que a construção avança, o prédio em construção serve de garantia para a obtenção de novos empréstimos. A partir de certo ponto, os apartamentos “na planta” são postos à venda. As entradas e prestações pagas pelos compradores financiam a continuidade das obras. Tão logo o prédio fica pronto, os apartamentos podem ser ocupados, embora nenhum tenha sido pago integralmente. Muitos compradores de apartamentos “na planta” revendem-nos prontos, presumivelmente com lucros, embora também possam sofrer prejuízos (SINGER, 2000, p30).

As finanças facilitam de tal forma que o sistema se torna totalmente dependente, o giro de dinheiro é essencial para a aceleração da economia. Contribuindo para fatores importantes em uma sociedade.

2 | DESENVOLVIMENTO

A questão norteadora desta pesquisa é analisar brevemente a reestruturação

do sistema bancário Português levando em consideração a especialização bancária em Portugal no ano de 2014, considerando a grande reestruturação no setor a partir das consequências causadas pelo evento pós-crise no que abrange a territorialização das instituições. Elencar o número de bancos atuantes no ano referido, principais instituições, queda do número de balcões, nacionalizações, falências e possíveis fusões ocorridas desde 2008.

2.1 Breve introdução sobre a crise Europeia a partir de 2008

A situação bancária europeia encontra-se em declínio, desde a crise de 2008, embora todos os outros setores da economia tenham sofrido baixas, o setor bancário foi o mais atingido. O estopim se deu a partir do caótico momento hipotecário dos EUA, acarretando consequências impactantes, a partir de 2011 na União Europeia. O que todos pensavam ser o bloco econômico mais sólido mundial deparou-se em um momento de calamidade.

Hoje em dia conceitua-se na Europa pelo menos três segmentos de atividades bancárias, sendo elas: Bancos internacionais, bancos nacionais e por último um viés abordando atividades locais. Os bancos internacionais atuam em escala mundial, visando altos rendimentos. Os bancos nacionais possuem extensas redes ao longo do território nacional. E o terceiro segmento atua de forma regional ou pode ser denominada como a ação de instituições locais com alto grau de autonomia. Esta última estrutura corresponde a uma parcela da atividade bancária nacional, gerando assim ambiguidade entre as partes.

No início das construções teóricas sobre desenvolvimento regional, evidenciavam-se dois caminhos possíveis que o assunto poderia tomar. O primeiro afirmava que o desenvolvimento regional cresceria de forma desigual. O segundo referia-se ao investimento em regiões periféricas, tendo como ponto central que o investimento em regiões carentes é significativamente mais lucrativo. Em comparação a grandes centros o investimento em regiões menos desenvolvidas arrecada alto índice de rentabilidade e retorno.

A crise financeira desencadeada no final de 2007 tornou claro que a situação bancária na União Europeia (UE) deveria ser regularizada o mais rápido possível. Em julho de 2012 o Conselho Europeu decidiu programar normas que regulavam o sistema bancário buscando assim romper a relação entre estado e instituição. Essa implementação resultou na criação de dois órgãos reguladores, a fim de preencher lacunas que antes se mostravam o elo fraco do sistema. O primeiro elemento implantado é a criação do *Mecanismo Único de Supervisão (MUS)*, que delega qualquer função monetária bancária, à supervisão do *Banco Central Europeu*. Essa que delega os bancos de maiores dimensões na Europa, estarem sujeitos a normas ao bem comum.

O segundo elemento é o *Mecanismo Único de Resolução (MUR)*, responsável

por elaborar planos para o pior cenário bancário, visando buscar soluções de forma ordenada, e com o mínimo de custos possíveis para os contribuintes.

2.2 Situação Bancária em Portugal

Com constantes oscilações na taxa do PIB praticamente desde a década de 1960 no país em específico, o período com maior estabilidade situa-se entre 1993-2003. O PIB elevou-se de 0% a 4% entre 1993-1999, em seguida decaindo novamente para 0% entre 1999-2003.

Sobre a saúde econômica e a longevidade das empresas, o efeito da crise econômica e financeira é bem patente. Entre 2005 e 2007 deram entrada nos tribunais de primeira instância 9979 processos de falência, insolvência e recuperação de empresas, e foram finalizados 9858 (média de 277,2 processos por mês). Já entre 2008 e 2010 deram entrada 21723 processos de falência, insolvência e recuperação de empresas e foram finalizados 9487 (média de 603,4 processos por mês). (SOUSA VASCO, 2014, p82).

O setor bancário português era sem dúvidas a base mais forte para economia portuguesa, o poder bancário aumentou consideravelmente devido a moeda europeia, endividando-se no exterior com juros extremamente baixos. Não tendo muitas opções onde investir este capital, as instituições depositaram seus investimentos no ramo imobiliário/construções, setor considerado como lucro garantido. Financiando o construtor e o comprador ficando com o imóvel como garantia, o resultado foi o recorde de endividamento no exterior. E é a partir disto que se pode relacionar a crise mundial com a crise portuguesa já que os credores das instituições portuguesas eram os mesmos do falido mercado hipotecário norte-americano.

No início de 2008 o BPN (Banco Português de Negócios) se tornou alvo de investigações, criado em 1993 e consolidado entre a população, José de Oliveira Costa, político e presidente do mesmo, foi o responsável em colocar todo o país em alerta, devido a um rombo nas contas, estimado em 700 milhões de euros. Em novembro de 2008 o governo anuncia a nacionalização do banco e Oliveira Costa foi preso. Em 2010 o governo decide vender o BPN operação que foi concretizada pelo valor de 40 milhões de euros ao Banco angolano BIC.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em 2014 uma das maiores instituições privadas de Portugal e maior banco privado nacional, o BES (Banco Espírito Santo) liderado por Ricardo Salgado, neto do fundador, divulga um balanço de prejuízo de cerca de 95 milhões de euros. Em julho de 2014 Ricardo Salgado foi afastado da liderança e substituído pelo economista Vitor Bueno. Entre janeiro e agosto de 2014 as ações do BES perderam mais de 80% do seu valor, caindo de €1,05 por ação para o valor de €0,17. Na tentativa de salvar o antigo BES, é criado o Novo Banco.

A um de agosto de 2014, o Banco Central Europeu retirava o estatuto de contraparte ao BES, suspendendo assim o acesso do banco as operações de política monetária; dois dias depois, a três de agosto, o Banco de Portugal anunciava um resgate no valor de 4900 milhões de euros do BES, que configurava o seu fim enquanto banco privado. Os ativos bons do BES foram transferidos para uma nova instituição, o Novo Banco, enquanto os ativos tóxicos permaneceram no banco existente. A quatro de agosto de 2014, a primeira segunda-feira depois do colapso, era retirada a licença bancária e decretado o abandono do PSI 20. (SOUSA VASCO, 2014 p120-121).

QUADRO COMPARATIVO DO NÚMERO TOTAL DE BANCOS NOS RESPECTIVOS ANOS		
BANCOS	Nº BANCOS 2008	Nº BANCOS 2014
Banco ActivoBank, S.A.	2	14
Novo Banco dos Açores S.A. (BES)	17	18
Banco Invest, S.A.	5	17
Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.	279	204
Banif - Banco de Investimento, S.A.	2	1
Banco Banif Mais, S.A.	20	18
Barclays Bank,plc - Sucursal em Portugal	206	147
Banco do Brasil AG - Sucursal em Portugal	4	5
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A.	103	41
Banco Comercial Português, SA	809	680
Novo Banco, S.A. (BES)	713	596
Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.	1	1
BEST - Banco Electrónico de Serviço Total, SA	-	14
Banco BIC Português, SA	ND	207
Banco de Investimento Global, SA	12	15
Banco de Investimento Imobiliário, AS	6	-
BNP Paribas - Sucursal em Portugal	2	2
Banco Português de Investimento, SA	2	2
Banco BPI, SA	754	546
CBI	1	2
BNP Paribas Securities Services, SA - Sucursal em Portugal	ND	-
Banco Santander Totta, SA	693	555
Caixa Central - Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL	666	685
Caixa Geral de Depósitos, SA	831	786
Banco Finantia, SA	2	2
Caixa Económica Montepio Geral	320	436
Banco Popular Portugal, SA	232	173
Banco Santander Consumer Portugal, SA	7	4
Banco Carregosa	-	3
Montepio invest	-	-

Fonte: Associação Portuguesa de Bancos
Source: Portuguese Banking Association

TABELA 1

A tabela 1 descreve todos os bancos atuantes em Portugal, entre 2008 e 2014,

variando conforme análise de dados. Percebe-se uma queda considerável, ao longo de aproximadamente seis anos. Com 30 balcões atualmente, o sistema bancário português encontra-se entre os mais precários do continente europeu.

Os principais bancos a serem destacados são: O Novo Banco (antigo BES), BPI, Banif, Barclays Bank sucursal em Portugal, BPN, Santander Totta, Caixa Central de Credito Agrícola, Caixa Geral de Depósitos e BPP. Todos apresentaram forte queda ao longo deste período.

QUADRO COMPARATIVO DO NÚMERO DE BANCOS NOS RESPECTIVOS ANOS 2008/2014			
BANCOS	Nº DE BANCOS 2008	Nº DE BANCOS 2014	QUEDA OU ELEVAÇÃO EM %
Novo Banco, S.A. (BES)	713	596	-16,00%
Banco BPI, SA	754	546	-27,59%
Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.	279	204	-26,89%
Barclays Bank,plc - Sucursal em Portugal	206	147	-28,65%
Banco Português de Negócios, SA	213	218	2,34%
Banco Santander Totta, SA	693	555	-19,92%
Caixa Central - Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL	666	683	2,55%
Caixa Geral de Depósitos, SA	831	786	-5,42%
Fonte: Associação Portuguesa de Bancos			
Source: Portuguese Banking Association			

TABELA 2

No ano de 2008 o Banco Espírito Santo atuava no território português com 713 agências, após o decreto de falência no ano de 2014 percebe-se uma queda de 16% no número de agências ao longo de todo território. O número parece relativamente baixo em comparação ao montante da dívida adquirida, porém implica em cerca de 120 unidades.

A tentativa aplicada pelo governo, com o intuito de salvar a instituição, remete-se ao que alguns autores referem-se a “Banco bom e Banco mau”, que nada mais é do que o resgate dos ativos bons da agência falida e em seguida transferidos para uma nova instituição, (aqui no caso o “Novo Banco”) e os ativos tóxicos permanecem na instituição falida, que no caso seria o “Banco Mal”.

Uma breve análise da tabela 2 pode-se constatar todas as quedas e elevações das principais agências bancárias de Portugal. O BPN (Banco Português de Negócios SA) e a Caixa central de crédito agrícola não apresentaram queda no número de agências, durante o levantamento de dados desses 5-6 anos entre 2008 e 2014. A Caixa Central de Credito agrícola mutuo, instituição pertencente a um grupo de

investidores (Credito agrícola) encontrou-se em estado de estagnação, não nota-se desenvolvimento ao longo dos anos e nem perda considerável.

Responsável pelos financiamentos de projetos agrícolas no país a Caixa central de crédito agrícola é uma das instituições que estão com certa folga financeira ate o momento.

3.1 Espacialização bancaria em Portugal no ano de 2014

A fim de corresponder os objetivos pretendidos nesta pesquisa, foi realizado um levantamento de dados sobre a estrutura bancaria portuguesa e sua espacialização ao longo de seu território. A divisão territorial de Portugal consiste em distritos, municípios e freguesias. Portugal se divide em duas regiões autônomas, Açores e Madeira, e essas duas regiões são divididas em distritos, basicamente como os estados brasileiros, os municípios estão distribuídos entre os distritos, e as freguesias são equivalentes aos bairros. Ao analisar a tabela 3 é possível identificar as principais agências ao longo do território português, subdivido através de 22 distritos atualmente.

DISTRIBUIÇÃO DOS PRINCIPAIS BANCOS ATUANTES PERANTE OS DISTRITOS PORTUGUESES.			
DISTRITOS	BANCOS ATUANTES	PRINCIPAL INSTITUIÇÃO ATUANTE	Nº MÁXIMO DE BANCOS POR INSTITUIÇÕES
Distrito Aveiro	349	Grupo Credito agrícola	45
Distrito Beja	88	Grupo Credito agrícola	29
Distrito Braga	334	CGD (Caixa Geral de Depósitos)	45
Distrito Bragança	86	Grupo Credito agrícola	24
Distrito Castelo Branco	102	Grupo Credito agrícola	21
Distrito Coimbra	225	Grupo Credito agrícola	51
Distrito Évora	109	Grupo Credito agrícola	35
Distrito Faro	285	Grupo Credito agrícola	60
Distrito Guarda	97	Grupo Credito agrícola	26
Distrito Leiria	275	Grupo Credito agrícola	50
Distrito Lisboa / Lisbon	1161	CGD (Caixa Geral de Depósitos)	189
Distrito Portalegre	72	Grupo Credito agrícola	26
Distrito Porto	778	Millenium BCP e CGD	108
Distrito Santarém	221	Grupo Credito agrícola	41
Distrito Setúbal	313	CGD (Caixa Geral de Depósitos)	50
Distrito Viana do Castelo	121	Grupo Credito agrícola	18
Distrito Vila Real	114	Grupo Credito agrícola	26
Distrito Viseu	184	Grupo Credito agrícola	43
Distrito Funchal	118	Banif	29
Distrito Angra do Heroísmo	34	CGD e Banif	7

Distrito Horta	29	CGD (Caixa Geral de Depósitos)	7
Distrito Ponta Delgada	79	Banif	18
TOTAL DE BANCOS	5174		

Fonte: Associação Portuguesa de Bancos

Source: Portuguese Banking Association

TABELA 3

Percebe-se ao analisar os dados, forte dominância do Grupo de Crédito Agrícola no território português, com ampla distribuição dentre 14 distritos de 22. Em seguida nota-se o CGD (Caixa Geral de Depósitos) com domínio de seis distritos, depois o Banif presente em dois distritos, e, por fim, vem o Millennium BCP com domínio no distrito de Porto com 108 agências, mas empatado com o CGD. Atualmente Portugal possui um total de 5174 agências, todas distribuídas em seus 22 distritos e suas subsequentes cidades.

4 | CONCLUSÕES

O sistema econômico português encontra-se fragilizado, em queda e sem indícios de reação. A crise hoje se estende por toda UE (União Europeia) e em específico o País luso português, que já fora sinônimo de conquista durante o período das expansões marítimas, enfrenta uma árdua luta para vencer a crise presente atualmente.

Os principais bancos atuantes hoje em dia em Portugal, enfrentam graves dificuldades para se verem distantes de suas dívidas. Com uma queda de 10% do número de agências em um período de 03 anos, o equivalente a 515 agências, em uma extensão territorial de 92.212 km² a situação é preocupante. O BES um dos principais bancos atuantes em Portugal, durante esses 03 anos teve perdas de mais de 100 agências, o BPI lidera o ranking de perdas com mais de 200 agências.

Os únicos bancos que se mantiveram estagnados e apresentaram certo índice de crescimento, embora mínimo, é a Caixa de Crédito Agrícola, e o BPN (Banco Português de Negócios). A Caixa de Crédito agrícola é um dos principais grupos de investidores do território português, responsável pelos financiamentos de projetos agrícolas, o grupo lidera o ranking de número de agências especializadas perante os distritos portugueses, com mais de 600 agências ao longo de todo espaço português.

A crise não parece cessar e os processos de reestruturação encontram-se imparciais, acompanhando o ritmo de elevação econômica do País. Medidas como a criação do Novo Banco (antigo BES) são cruciais para este novo processo de reformulação do sistema bancário português.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. R. N. de **Economia monetária: uma abordagem brasileira**. São Paulo: Atlas, 2009.

<APB **Associação portuguesa de bancos** > Disponível em: http://www.apb.pt/estudos_e_publicacoes/estatisticas;
http://www.apb.pt/estudos_e_publicacoes/boletim_informativo;
http://www.apb.pt/content/files/BoletimInformativoAnual_APB_2014.pdf; Acesso em: 17/05/2016, 15:34.

CARRARO, Antônio F. **Projeto conceitual de constituição de agência de fomento**. Rio de Janeiro: ABDE, 1999.

Chesnais, François. **A mundialização do capital**. São Paulo, Xamã, 1996.

COSTA, J.S. (Org.). **Compêndio de economia regional**. Lisboa: APDR, 2005

CUNHA, A. M. **O BRDE e o sistema bancário brasileiro - uma análise comparada**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v.30, n.2, p.191-220, set. 2002.

EUROPA – **Banco central europeu**> Disponível em: <https://europa.eu/european-union/index_pt >. Acesso em: 16/05/2016, 16:12.

FOCHEZZATO, A. **Desenvolvimento regional: recomendações para um novo paradigma produtivo**. 2010

Gonzaga Frederico; Croco Marco, 2006, **Moeda território: uma interpretação dinâmica regional brasileira**. Belo Horizonte: autêntica, 344p.(economia e sociedade).

HICKS, John. **Ensaio crítico sobre teoria monetária**. Barcelona: Ariel, 1975.

LECOQ, B. **Des formes locales d'organisation productive aux dynamiques industrielles localisées: bilan et perspectives**. In: RALLET, A.;TORRE, A. Économie industrielle et économie spatiale. Paris: Economica, 1995.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade São Paulo, 2011.

Singer, Paul. **Para entender o mundo financeiro**. São Paulo: Contexto, 2000.

Sousa Vasco, Rute. **Banco Bom, Banco Mau**. Lisboa, 2014.

SOBRE O ORGANIZADOR

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira - Graduado em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela PUC-Campinas, Mestre e Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Pós-doutorando em Geografia – USP. Atualmente é Professor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrários (NEPRA-UNIMONTES) e o Subprojeto de Geografia - "Cinema, comunicação e regionalização" no âmbito do PIBID/CAPES. Exerce também a função de Coordenador Didático do Curso de Bacharelado em Geografia - UNIMONTES. Tem experiência na área de Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Agrária, Regularização Fundiária, Amazônia, Ensino de Geografia, Educação do Campo e Conflitos Socioambientais e Territoriais. Participação como avaliador no Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD de Geografia e no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), vinculado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). É autor e organizador das seguintes obras: *No chão e na Educação: o MST e suas reformas* (2011), *Neoliberalismo, Agronegócio e a Luta Camponesa no Brasil* (2011), *Cenas & cenários geográficos e históricos no processo de ensino e aprendizagem* (2013), *Agroecologia, Alimentação e Saúde* (2014), *Gestão Ambiental* (2015), *Práticas de Ensino: Teoria e Prática em Ambientes Formais e Informais* (2016), *Geografia Agrária no Brasil: disputas, conflitos e alternativas territoriais* (2016), *Geografia Agrária em debate: das lutas históricas às práticas agroecológicas* (2017), *Atlas de Conflitos na Amazônia* (2017), *Serra da Canastra território em disputa: uma análise sobre a regularização fundiária do Parque e a expropriação camponesa* (2018), *Conflitos e Convergências da Geografia - Volumes 1 e 2* (2019), *Geografia Agrária* (2019), entre outras publicações. E-mail: gustavo.cepolini@unimontes.br

ÍNDICE REMISSIVO

B

Bancos 77, 78, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 93

C

Campesinato 99, 106, 109

Cronotopo 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 73, 74

Currículo 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12

D

Direito à cidade 13, 14, 15, 16, 18, 19, 21, 22, 23

Direito à moradia digna 13, 14, 15, 22, 23

Discurso 60, 61, 64, 68, 69, 72, 73, 74

E

Ensino de geografia 1, 5, 8, 11, 12, 113

Esgoto 22, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 48

F

Favela 25, 26, 28, 30, 32, 33, 37

Feira 83, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98

G

Geografia financeira 77, 78

Geografia regional 49, 50, 51, 52, 53, 56, 57, 58

H

História do pensamento geográfico 49, 50

I

Ideologia 11, 60, 74

L

Lagoa 38, 93

M

Microalgas 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45

Modernidade 25, 26, 33, 37, 58, 64, 89

N

Neoliberalismo 60, 61, 74, 113

Norte de Minas Gerais 99, 106, 107, 112

Nova Cruz 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98

P

Política 4, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 60, 61, 62, 64, 66, 70, 71, 73, 75, 76, 89, 95

Portugal 77, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 86

Prática pedagógica 1, 3, 5, 6, 7, 8, 11, 12

Produção do espaço 19, 25, 26, 36, 37

Programa Minha Casa Minha Vida 13, 14, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 24

R

Rapadura artesanal 99

Richard Hartshorne 49, 50, 51, 52, 57, 58

S

Saneamento 18, 38, 39, 40, 45, 46, 47

Serviços e equipamentos públicos 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23

T

Tradição 51, 88, 91, 92, 94, 97, 105

U

UASB 38, 39, 40, 42, 44, 45, 48

Urbanização 25, 30, 98

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-720-8



9 788572 477208